

Defensoria Pública de Minas inaugura novas instalações e aprimora atendimento à população em Cambuí

Inauguração dá continuidade à política institucional de instalação de sedes estruturadas para melhor acolher e atender à população, custeadas com recursos próprios

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) inaugurou, na quinta-feira (2/12), as novas instalações da Instituição em Cambuí, no Sul do estado. Além de Cambuí, a comarca abrange os municípios de Senador Amaral Bom Repouso e Córrego do Bom Jesus.

A nova sede foi estruturada para proporcionar atendimento cada vez mais qualificado às pessoas que procuram pelos serviços da Defensoria de Minas. Localizada no centro da cidade, facilitando o acesso dos assistidos, é composta por dois gabinetes, uma sala para recepção e triagem e uma sala de atendimento.

[LEIA + PÁGINA 2](#)

Foto: Marcelo Sant'Anna



Descerramento da placa de identificação da Unidade

DPMG adere a programa de incentivo à aprendizagem profissional para jovens e adolescentes em condição de vulnerabilidade

Programa **Descubra** é destinado, principalmente, para aquelas e aqueles em cumprimento de medidas socio-educativas ou em acolhimento institucional. Cerimônia será transmitida pelo canal da DPMG no YouTube

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) assina **nesta segunda-feira (6 de dezembro)** o Termo de Adesão ao Programa Descubra de Incentivo à Aprendizagem Profissional. **A assinatura acontece na sede da DPMG, em cerimônia a partir das 15h30.**

A iniciativa foi lançada em agosto deste ano e é o resultado da união de esforços de órgãos federais, estaduais e municipais para promover o acesso de adolescentes e jovens em condição de vulnerabilidade.

Além de integrar o Comitê Gestor Interinstitucional da Capital e de outras comarcas, como Contagem e Governador Valadares, por exemplo, a DPMG vai trabalhar na divulgação da iniciativa, assim como incentivar defensoras e defensores públicos a buscarem, nos locais onde atuam, a adesão de novos municípios, entidades formadoras, empresas e organizações da sociedade civil.

[Leia na íntegra](#)

Defensorias Públicas de Minas Gerais e do Paraná realizam o I Congresso Interdefensorias de Acesso à Justiça

Ministro Sebastião Reis Júnior, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), abriu as palestras do encontro. Links estão disponíveis no site

[PÁGINA 7](#)

Parceria com Fhemig possibilita avaliação médica na área de saúde mental aos assistidos e assistidas da Defensoria de Minas

[PÁGINA 3](#)

AINDA NESTA EDIÇÃO

- > Institucional [PÁGINAS 2 a 6](#)
- > Escola Superior [PÁGINAS 6 e 7](#)
- > Ações em destaque • Na mídia [PÁGINAS 8 e 9](#)
- > Procedimentos e comunicados internos [PÁGINAS 10 e 11](#)

CONTINUAÇÃO DA CAPA

DPMG inaugura novas instalações e aprimora atendimento à população em Cambuí



Em seu pronunciamento, o defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, lembrou os desafios de administrar uma instituição tão importante para a população carente, ressaltando a importância das parcerias com outras instituições e órgãos, “com o objetivo comum de prestar um serviço de qualidade para os cidadãos”.

“As dificuldades trazem oportunidades e fazem a Instituição crescer. A pandemia foi uma oportunidade para que população entendesse o atendimento virtual. Com o norte do nosso primeiro Planejamento Estratégico, estávamos preparados e desenvolvemos rapidamente as novas tecnologias de atendimento virtual”, lembra o defensor-geral.

Para o defensor público e coordenador local em Cambuí, Luciano Morgado Guarnieri, as novas instalações da Unidade representam “a continuidade do trabalho de uma gestão que é um divisor de águas na nossa Instituição”.

O coordenador local substituto de Cambuí, Mauro Batistela Abdel Nour, também destacou os expressivos avanços, tanto de estrutura quanto de pessoal, que a Defensoria Pública teve nos últimos anos. “Podemos ob-

servar a evolução, não apenas aqui em Cambuí”, afirmou.

O coordenador da Regional Sul de Minas e local em Pouso Alegre, defensor público Walter Valle Martins Junior, observou que os anos de 2020 e 2021 foram desafiadores para a DPMG, que “precisou se reinventar para continuar os atendimentos, e isso aconteceu graças à eficiência da gestão”. Walter Valle salientou que, em geral, os assistidos da Defensoria preferem ser atendidos presencialmente e as instalações planejadas para eles possibilitam recebê-los com dignidade e com fácil acesso.

Endereço – Rua Vereador Ângelo Bernardo Faccio, nº 90, Centro. Dois defensores públicos atuam nas áreas criminal, tribunal do júri, execução penal, atos infracionais, juizados especiais criminal, família e sucessões, curadoria, juizados especiais cíveis e na área cível. São realizados, em média, 25 atendimentos por dia.

[Leia na íntegra](#)



Após a solenidade, o defensor-geral, acompanhado da chefe de Gabinete, defensora pública Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, juntamente com defensoras e defensores públicos e demais autoridades presentes, percorreram as novas instalações



DEU NA MÍDIA

**Inauguração foi notícia em diversos veículos.
Confira:**

[Portal Estado de Minas](#)

[Terra do Mandu](#)

[Vale Independente](#)

[Alô Alô Cidade](#)

INSTITUCIONAL

Parceria com Fhemig possibilita avaliação médica na área de saúde mental aos assistidos e assistidas da Defensoria de Minas

Uma parceria entre a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig) está auxiliando assistidas e assistidos da Instituição no atendimento a pessoas com transtornos mentais para conseguir ou complementar o tratamento na rede pública de saúde. A cooperação entre os órgãos consiste na atuação de médicos psiquiatras residentes da Fhemig, nas dependências da DPMG, articulada com a atuação de defensoras e defensores públicos e profissionais do Centro Psicossocial da Defensoria.

O objetivo maior é a solução das questões envolvendo a saúde mental de forma administrativa, sem a propositura de demanda judicial, garantindo aos assistidos e assistidas da DPMG um atendimento mais célere e eficiente. Esta atuação em conjunto é especialmente importante nos casos em que não é possível acessar as informações médicas do assistido ou quando estão incompletas. A cooperação também é valiosa para os casos de internação involuntária e nas demandas judiciais de internação, que se servem dos pareceres técnicos.

Quatro médicos residentes estão atuando nas demandas das Unidades da DPMG em Belo Horizonte, sob a supervisão do coordenador da Residência de Psiquiatria Forense do Instituto Raul Soares – Fhemig, Hélio Lauar.

O convênio tem abrangência estadual e defensoras e defensores públicos que atuam nos municípios que contam com estrutura hospitalar da Fhemig podem utilizá-lo.

Foto: Marcelo Sant'Anna/DPMG



Reunião – Na quinta-feira (28/8), o defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, se reuniu com o médico psiquiatra supervisor dos residentes, Hélio Lauar (*na foto, 1º à esq.*), para tratar da parceria e da atuação em conjunto. O defensor-geral falou da importância da cooperação, salientando que, muitas vezes, “o desamparo das pessoas com transtornos mentais, a fragilidade das famílias e a falta do tratamento empurram o paciente para a criminalidade e para a prisão”. Hélio Lauar também destacou os benefícios da parceria que, além de embasar e oferecer apoio técnico para a atuação da DPMG, possibilita a aquisição de competências complementares, úteis ao desempenho da atividade profissional dos médicos residentes.

[Leia na íntegra](#)

DPMG e PBH ampliam parceria para o fornecimento de fraldas geriátricas

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e a Prefeitura de Belo Horizonte, por meio da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), criaram um novo fluxo para o atendimento de assistidos que necessitam de fraldas geriátricas em geral. Desde 1º de novembro, as demandas desta natureza recebidas pela Defensoria Especializada da Saúde, são encaminhadas à Secretaria de Saúde. Por meio eletrônico, são enviados laudos e relatórios sobre as condições de saúde dos interessados. Após análise, a SMS providencia o fornecimento mensal das fraldas, de acordo com a necessidade de cada assistido.

De acordo com o defensor público Bruno Barcala Reis, coordenador da Defensoria Especializada da Saúde, todo o andamento da demanda é feito com o consentimento da pessoa interessada. O defensor

público informa, ainda, que a princípio o atendimento é destinado apenas para adultos residentes em Belo Horizonte.

Termo de cooperação técnica – Desde 2011 a Defensoria de Minas e a Prefeitura de Belo Horizonte possuem um termo de cooperação técnica para o atendimento das demandas de medicamentos, procedimentos e insumos médicos, por meio de soluções extrajudiciais. Pela cooperação, o município disponibiliza um profissional da saúde que, em conjunto com os defensores públicos, analisam receitas, laudos ou quaisquer documentos elaborados pelo médico do assistido. A parceria evita a judicialização das demandas da área de saúde, trazendo soluções mais rápidas e positivas para os usuários do serviço público.

INSTITUCIONAL

DPMG assina protocolo de intenção para implantação de programa que cria banco de empregos para mulheres vítimas de violência

A defensora pública auxiliar do Gabinete-Geral da Defensoria Pública de Minas Gerais, Samantha Vilarinho, também coordenadora estadual de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, representou a Instituição no lançamento do projeto Banco de Empregos – A Vez Delas.

Foto: Claudinei Souza/DPMG



A defensora pública Samantha Vilarinho assina protocolo de intenção para a criação do projeto A Vez Delas

A cerimônia ocorreu na quarta-feira (1/12), na sede da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), em Belo Horizonte, com a presença do governador Romeu Zema.

Trata-se de uma iniciativa coordenada pelo Governo de Minas Gerais junto a parceiros como o Instituto Avon, por meio da Coalizão Empresarial pelo Fim da Violência contra Mulheres e Meninas, a CDL-BH e seus filia- dos, além de órgãos públicos que compõem a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres de Minas Gerais, entre eles a Defensoria Pública de Minas Gerais.

A Vez Delas é uma plataforma digital de promoção de emprego a mulheres vítimas de violência doméstica no estado. Empresas e instituições interessadas em se associar ao banco de empregos devem acessar o site do Sistema Estadual de Redes em Direitos Humanos (SER- DH), ligado à Subsecretaria de Direitos Humanos (Sub- dh), que coordena a iniciativa.

O endereço está disponível em

<https://serdh.mg.gov.br/avezdelas>.

O trabalho já está em fase de mobilização em todo o estado para cadastro de parceiros.

Defensora pública participa seminário de enfrentamento à violência contra a mulher

A defensora pública Samantha Vilarinho Mello Alves, coordenadora estadual da DPMG de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, participou como palestrante do “II Seminário de Enfrentamento à Violência contra a Mulher”. A iniciativa foi promovida pela Prefeitura de Ribeirão das Neves e aconteceu no dia 26 de novembro.

O seminário abordou as principais causas da violência contra a mulher, considerando os aspectos jurídicos e culturais, mensurando os indicadores e dados estatísticos desse tipo de violência em Ribeirão das Neves.

Participaram também do evento autoridades municipais, de segurança pública, políticas setoriais e representantes dos Conselho dos Direitos da Mulher.



Samantha Vilarinho (3a., da dir. para a esq.) foi uma das palestrantes



Vídeos educativos

Os vídeos da série “Defensoria por Elas”, idealizada pela DPMG para integrar a campanha mundial dos 21 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres, pode ser acessado no Instagram (@defensoriamineira), Facebook (@defensoriamineira) e Twitter (defensoriamg). Poderão ser conferidos também em uma playlist no canal da DPMG no YouTube ([c/defensoriamineira/playlists](https://www.youtube.com/c/defensoriamineira/playlists)).

MUNDO OFICIAL

Defensoria Pública de Minas prestigia entrega de Medalha do Mérito da AGE

A chefe de Gabinete da Defensoria Pública de Minas Gerais, defensora pública Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, representou o defensor público-geral Gério Patrocínio Soares na solenidade de entrega da Medalha do Mérito da Advocacia Geral do Estado (AGE).

Foto: Marcelo Sant'Anna – Ascom/DPMG



Defensora Raquel Gomes, chefe de Gabinete da DPMG, e a ministra Cármen Lúcia, oradora da turma de homenageados pela AGE

O evento aconteceu na segunda-feira (29/11), na Cidade Administrativa, com a presença do governador de Minas Gerais, Romeu Zema, e da ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, além do advogado-geral do Estado, Sérgio Pessoa de Paula Castro, entre outras autoridades.

Foram homenageados a ministra do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, que foi a oradora da turma; o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador Gilson Lemes; o 3º vice-presidente do TJMG, desembargador Newton Teixeira Carvalho; o procurador-geral de Justiça de Minas Gerais, Jarbas Soares Júnior; o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, José Alves Viana; o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Rodrigo Sousa Rodrigues; o procurador do Estado, Marcelo Cássio Amorim Rebouças; e a servidora pública Luciana Lanna de Oliveira.

INSTITUCIONAL

Defensor público-geral recebe vice-prefeito de Ouro Branco

Foto: Marcelo Sant'Anna – Ascom/DPMG



Na terça-feira (30/11), o defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, e a chefe de Gabinete, defensora pública Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, receberam a visita institucional do vice-prefeito de Ouro Branco, Dr. Celso Cirino Vaz. Ele estava acompanhado pela assessora Thereza Cristina Bandoli Legg.

O encontro aconteceu no Gabinete da Defensoria Pública-Geral, em Belo Horizonte.

Coordenador em Passos se reúne com prefeito de São João Batista do Glória

Na sexta-feira (26/11), o coordenador local da unidade da Defensoria Pública de Minas Gerais em Passos, defensor público Thiago Alves Figueiredo, se reuniu com Celso Henrique Ferreira, prefeito de São João Batista do Glória, município pertencente à comarca de Passos.

O encontro foi agendado para tratar da implementação na cidade de um Posto Avançado de Atendimento da Defensoria Pública, cuja viabilização se dará mediante cooperação entre o Município e a Defensoria de Minas.

A iniciativa contempla o Plano de Ação 23 do Plano Geral de Atuação (PGA) 2021/2022 da DPMG, que prevê a criação de um modelo de posto avançado em municípios que não sejam sede da comarca na qual a unidade da DPMG está instalada.



Prefeito Celso Henrique Ferreira, defensor público Thiago Alves Figueiredo e a procuradora Jurídica do Município Carolina Lopes

INSTITUCIONAL

Defensoria Pública participa de reunião para debater a ampliação do sistema de atendimento socioeducativo de Contagem

O defensor público Marcos Lourenço Capanema de Almeida, em atuação na Defensoria dos Direitos das Crianças, dos Adolescentes e da Juventude na Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), em Contagem, participou na quinta-feira (2/12) de reunião na Secretaria de Defesa Social de Contagem. O encontro foi realizado para tratar do Pacto de Expansão do Sistema Socioeducativo e da parceria pública-privada da Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo de Minas Gerais.

Na reunião, representantes da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) apresentaram o plano para a expansão do sistema, com a construção de centros socioeducativos em Contagem e em Betim.

Ainda no primeiro trimestre de 2022 deverá ser inaugurado o Centro de Internação Provisória de Contagem, construído no lugar onde funcionava a carceragem da DOPCAD, que atenderá 20 adolescentes em internação provisória.

De acordo com Marcos Capanema, a expansão do sistema socioeducativo para Contagem e Betim é necessária para melhorar o atendimento dos adolescentes envolvidos com atos infracionais da região, “aproximando-os das famílias e da rede de proteção do território em que vivem”.



Participaram também da reunião o secretário adjunto da Sejusp, Jefferson Botelho; a subsecretária de Prevenção e Segurança, Fabiana Santos; o subsecretário de atendimento socioeducativo, Leandro Almeida; a gestora de projetos PPP da Suase, Luciana Lott; o diretor de Gestão de Vagas da Suase, Guilherme Rodrigues; a secretária de Defesa Social de Contagem, Paola Soares; subsecretaria de Proteção e Defesa Civil, Ângela Gomes; o assessor de Gestão Estratégica, Bruno Oliveira; o comandante da Guarda Civil, Wedisson Luiz; e a coordenadora do CAO da Infância e da Juventude do MPMG, Paola Nazareth.

ESCOLA SUPERIOR

Adolescentes e o tráfico de drogas serão tema de palestra virtual da DPMG

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), por meio da Escola Superior (Esdep), realiza o encontro virtual com o tema “Adolescentes e o tráfico de drogas: ato infracional x trabalho infantil”.

O evento acontece na próxima quinta-feira (9/12), a partir das 10 horas.

O objetivo da palestra é debater, com defensores e defensoras públicas, a tese institucional a respeito do tráfico de drogas e o trabalho infantil.

A doutora em Psicologia Social e coordenadora da Comissão de Política sobre Drogas do Fórum do Sistema Socioeducativo de Belo Horizonte, Alessandra Vieira, será a palestrante.

A palestra acontecerá apenas para o público interno da DPMG, via plataforma Teams.

ESCOLA SUPERIOR

Defensorias Públicas de Minas Gerais e do Paraná realizam o I Congresso Interdefensorias de Acesso à Justiça

O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, representou a Defensoria mineira na abertura do “I Congresso Interdefensorias de Acesso à Justiça: desafios e perspectivas na garantia de direitos no contexto pós-pandêmico”. Em formato híbrido, o evento aconteceu entre os dias 29/11 e 3/12

O congresso foi uma realização conjunta das Defensorias Públicas de Minas Gerais e do Paraná, por meio de suas duas Escolas Superiores – Esdep-MG e Edepar, respectivamente. Entre os objetivos do encontro estão: promover o debate sobre o papel da Defensoria Pública na garantia de direitos no contexto pós-pandêmico; fortalecer a interlocução dos campos do saber do Direito, Serviço Social, Psicologia, Sociologia e áreas afins dentro da Defensoria Pública; qualificar o atendimento às/ aos usuárias/os da Defensoria Pública em todo o país por meio do intercâmbio de experiências e práticas exitosas.

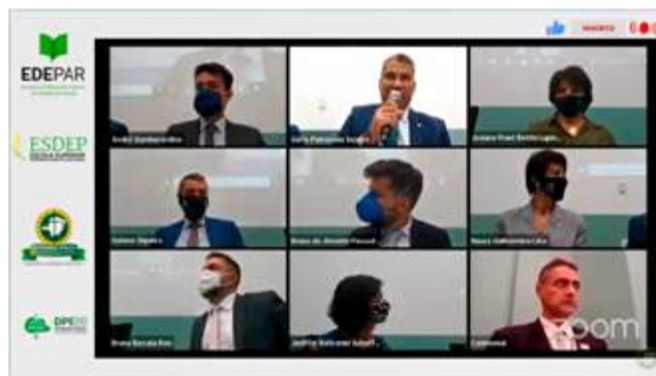
Também participaram da abertura o defensor público-geral do Paraná, André Ribeiro Giamberardino; o corregedor-geral da DPMG, Galeno Gomes Siqueira; a corregedora-geral da DPE-PR, Josiane Fruet Bettini Lupion; a diretora e o diretor das Escolas Superiores das Defensorias de Minas e do Paraná, Neusa Guilhermina Lara e Bruno de Almeida Passadore, respectivamente; a presidente da Associação das Defensoras Públicas e Defensores Públicos do Paraná (ADEPAR), Jeniffer Scheffer; e o diretor Sociocultural e de Esportes da ADEP-MG, defensor público de Minas e coordenador da Defensoria Especializada de Saúde, Bruno Barcala Reis.

Palestra magna – Com o tema “Interdefensorias e o acesso à Justiça”, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Sebastião Reis Júnior abriu as palestras do encontro. O ministro revelou estar “impressionado com a qualidade técnica e disposição das defensoras e defensores públicos de todo o país em defender aqueles que se encontram em situação menos privilegiada”.



Congresso InterDefensorias de Acesso à Justiça - Mesa de Abertura

O ministro do STJ Sebastião Reis Júnior proferiu a palestra magna



Congresso InterDefensorias de Acesso à Justiça - Mesa de Abertura



Integrantes da mesa de abertura

Sebastião Reis Júnior afirmou que as Defensorias têm se destacado, não apenas pela atuação efetiva nos processos, mas também no trabalho conjunto que têm feito no âmbito dos Tribunais Superiores.

Programação – Na sequência, a professora da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Maria Paula Dallari, trouxe o ponto de vista da academia e falou sobre o estado social brasileiro, Direito e o papel das Defensorias Públicas neste contexto. Pela DPMG, participaram o subdefensor público-geral Nikolas Katopodis; as defensoras públicas Alessa Pagan Veiga, Silvana Lobo e Cleide Nepomuceno; e os defensores públicos Vladimir de Souza Rodrigues, Bruno Barcala Reis e Alfredo Emanuel.

As palestras foram gratuitas e abertas ao público. Os debates e palestras estão disponíveis nos canais do YouTube da Defensoria de Minas (c/defensoriamineira) e da Edepar (c/escoladadefensoriapublicadoestadodoparana).

[Leia a matéria na íntegra e acesse os links das palestras](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

ACP da Defensoria Pública de Minas Gerais pede anulação de audiência pública sobre planejamento urbano em São Lourenço

Ausência de convocações por meio de editais com ampla divulgação e também da proposta apresentada tornaram o procedimento viciado

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) ajuizou ação civil pública (nº 5003661-59.2021.8.13.0637) pedindo a anulação da audiência pública realizada na Câmara Municipal de São Lourenço, no dia 17 de novembro, em que se discutiu a revisão da Lei de Parcelamento do Solo Urbano (1.814/93). Conforme o pedido da DPMG, a convocação da Prefeitura não foi feita por edital e só disponibilizou o link detalhando a proposta na véspera da audiência.

Moradores de São Lourenço, por meio de abaixo-assinados e mobilizações, pedem a imediata revisão do Plano Diretor da cidade, datado de 1993, para conter a verticalização e desorganização urbana.

Nos últimos anos, o município tem registrado expres-

sivo crescimento da construção civil com a implantação de loteamentos, condomínios e edifícios. Esse crescimento é questionado por parte da população, já que a ocupação tem sido feita sem estudos de impactos ambiental e de vizinhança e sem levar em conta as condições de infraestrutura da cidade.

Conforme explica o defensor público Roger Vieira Feichas, autor da ação, a audiência discutiu uma lei que trata do planejamento urbano e que integra o Plano Diretor da cidade e deveria ter sido melhor preparada, com detalhamento prévio da proposta, e amplamente divulgada.

A 1ª Vara Cível da comarca ainda não analisou o pedido de liminar e pediu o parecer do Ministério Público.

[Leia na íntegra](#)

Defensora pública defende Comunidades Geraizeiras em audiência do TPP

A defensora pública Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch, em atuação na Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), participou da audiência temática das águas promovida pelo Tribunal Permanente dos Povos em Defesa dos Territórios do Cerrado na quarta-feira (19/12).

A audiência teve como foco denúncias de apropriação privada e contaminação (especialmente por rejeitos de minérios) das águas do Cerrado, como processos provocadores de injustiça hídrica e racismo ambiental para os povos, contribuindo, em razão de sua sistematicidade geográfica e temporal, para o ecocídio do Cerrado e

ameaça de genocídio cultural dos povos do Cerrado.

Em sua manifestação na reunião, a defensora Ana Cláudia Storch fez a defesa das Comunidades Geraizeiras – que lutam pela regularização de seus territórios de uso tradicional – do Vale das Cancelas, no Norte de Minas Gerais, e contra a exploração predatória por parte de empresas de eucalipto e pela mineração.

Os Geraizeiros denunciam que os empreendimentos econômicos e o desmatamento têm afetado a qualidade das suas águas e estão matando o Cerrado na região, o que afeta a existência das próprias comunidades.

[Clique aqui para assistir a audiência](#)

Defensora e defensor público de Minas visitam Apac feminina de BH

A defensora pública Ariane Murta e o defensor público Rodrigo Zamprogno, que atuam na Defensoria de Execuções Penais, fizeram na quarta-feira (19/12) uma visita institucional à Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) feminina de Belo Horizonte. Na ocasião, foi realizada uma reunião interinstitucional, com o objetivo de discutir as diretrizes de atuação das instituições, além da visita às galerias da Apac e atendimento às sentenciadas.

Estavam presentes também membros da direção da Apac feminina da capital; o juiz da Vara de Execuções Penais, Marcelo Augusto Luas Pereira; e o promotor de Justiça Leonardo Távora.



REPARAÇÃO BRUMADINHO

Defensoria, Governo e Instituições de Justiça divulgam resultado da consulta popular realizada em Brumadinho e nos outros 25 municípios

Defensoria Pública de Minas Gerais, Governo de Minas, Ministério Público de Minas Gerais e Ministério Público Federal divulgaram na quarta-feira (19/12) o resultado da Consulta Popular, realizada em Brumadinho e nos outros 25 municípios considerados atingidos. Podem ser acessados os números da participação por município e os subtemas mais priorizados em cada um deles.

[Acesse a lista com os subtemas mais priorizados por município neste link.](#)

Local do rompimento das barragens da Vale S.A em 25 de janeiro de 2019, Brumadinho teve a maior participação registrada, com 2.551 priorizações; seguido por

Pompéu – 922; e Felixlândia – 905. No geral, as áreas para investimentos mais priorizadas nos 26 municípios foram Saúde e Infraestrutura Urbana e Rural.

O processo contou com a participação de mais de 10 mil pessoas e foi realizado entre os dias 5 e 22 de novembro. Os participantes – receptores do Auxílio Emergencial da Vale; e eleitores com CPF cadastrado na Justiça Eleitoral – puderam indicar áreas prioritárias para receber investimentos em seus municípios. A consulta foi feita pela internet: pelo aplicativo MGApp e pelo Portal do Cidadão MG, do Governo de Minas; contou também com pontos de apoio fixos e itinerantes.

[Saiba mais](#)



DEU NA MÍDIA

Defensora pública participa de programa na TV sobre injúria racial e racismo

A defensora pública Lígia Olímpio de Oliveira Rodrigues, integrante da Câmara de Igualdade Racial da Defensoria Pública de Minas Gerais, foi a convidada do programa “Via Justiça” da semana. Na oportunidade, foi debatida a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que torna o crime de injúria racial imprescritível, equiparando-o ao racismo. Foi abordada, ainda, a importância da decisão no combate ao racismo no Brasil. O programa contou também com a participação do juiz Antônio Francisco Gonçalves, da comarca de Itabirito.

O debate está gravado no canal da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) no YouTube e foi ao ar na sexta-feira (26/11), às 23h, na TV ALMG.



OUTROS DESTAQUES

[Acesse aqui](#)

[Acesse aqui a página no site da DPMG](#)



PROCEDIMENTOS E COMUNICADOS INTERNOS

DEFENSORIA-GERAL

Escala para atuação voluntária nos plantões das Audiências Preliminares e Audiências de Apresentação do CIA BH, no primeiro semestre de 2022

[Resolução n.477/2021](#)

Abertura de consultas para cooperações voluntárias e temporárias:

- **Muriaé**

– **Defensoria Criminal** (Execução Penal e dos Direitos da Criança e do Adolescente Cível e Infracional) e dos Juizados Especiais (Fazenda Pública)

>> início em 9 de dezembro de 2021 e previsão de término em 9 de junho de 2022.

[Resolução 480/2021](#)

– **Defensoria das Famílias e Turma Recursal**

>> Início em 9 de dezembro de 2021 e previsão de término em 9 de junho de 2022.

[Resolução 481/2021](#)

- **Igarapé – Defensoria de Execução Penal**

>> Início em 12 de dezembro de 2021 e previsão de término em 16 de dezembro de 2021.

[Resolução 482/2021](#)

Inscrições até 13 horas do dia 6 de dezembro de 2021

para o email: gabinete@defensoria.mg.def.br

- **Ouro Fino – Defensoria Criminal**

>> Início em 7 de dezembro de 2021 e previsão de término em 6 de junho de 2022.

[Resolução 479/2021](#)

Inscrições até 23:59 horas do dia 6 de dezembro de 2021 para o email: gabinete@defensoria.mg.def.br

- **Sete Lagoas – Mutirão de atendimento jurídico no Presídio de Sete Lagoas I**

>> De 17 a 28 de janeiro de 2022

Inscrições até 23:59 horas do dia 8 de dezembro de 2021 para o email: gabinete@defensoria.mg.def.br

[Resolução 488/2021](#)

- **Capital – 11ª Defensoria de Família**

>> De 17 a 28 de janeiro de 2022

Inscrições até 17 horas do dia 9 de dezembro de 2021 para o email: gabinete@defensoria.mg.def.br

[Resolução 483/2021](#)

Designação nos plantões do Juizado Especial em eventos esportivos, com efeitos retroativos a 18 de agosto de 2021 – até 12/12

[Ato nº 657/2021](#)

[Ato nº 664/2021 \(ratificação\)](#)



DEFENSORIA-GERAL / CONSELHO SUPERIOR

Recesso forense de final de ano e plantão

[Deliberação 212/2021](#)

[Resolução n.487/2021](#)

CS delibera criação da CETUC

[Deliberação n. 211/2021](#)

CORREGEDORIA-GERAL

Recomendações às defensoras e defensores públicos com atribuição cível ou infracional perante as Defensorias da Criança e Adolescente

[Instrução Normativa nº 015/2021/CGDPMG](#)

Orientações para lançamento de prestações extraordinárias no Relatório de Produtividade

[Veja aqui o Aviso 006/CGDPMG/2021](#)

CDI/CÂMARAS DE ESTUDOS

Câmara de Estudos de Tutela das Famílias divulga nova edição do “Tirinhas”

[Acesse aqui a décima edição do informativo](#)

COMISSÃO INVENTARIANTE 2021

Orientações sobre realização inventário

[Leia mais](#)

[continua >>](#)

COMUNICADOS INTERNOS

A LGPD E SUA APLICAÇÃO

Estes são os últimos de uma série de 42 cards de apresentação e dicas, divulgados periodicamente em canais internos da DPMG, para informar e promover a conscientização sobre a LGPD e sua aplicação.



TRANSFERÊNCIA DE DADOS A ENTIDADES PRIVADAS

REGRA GERAL:

É vedada a transferência de dados pessoais para entidades privadas.

EXCEÇÕES:

- Execução descentralizada de atividade pública que exija a transferência, exclusivamente para esse fim específico e determinado, observado o disposto na LAI
- Nos casos em que os dados forem acessíveis publicamente
- Quando houver previsão legal ou a transferência for respaldada em contratos, convênios ou instrumentos congêneres (que deverão ser comunicados à autoridade nacional)
- Para a prevenção de fraudes e irregularidades, ou proteger e resguardar a segurança e a integridade do titular dos dados.

COMUNICAÇÃO E USO COMPARTILHADO DE DADOS COM ENTIDADES PRIVADAS

REGRA GERAL:

A comunicação e uso compartilhado de dados com entidades privadas, por pessoas jurídicas de direito público, dependerá do consentimento do titular

EXCEÇÕES:

- Hipóteses de dispensa de consentimento previstas na LGPD
- Nos casos de uso compartilhado de dados
- Exceções constantes do § 1º do Artigo 26 da LGPD

COMPETÊNCIAS DA AUTORIDADE NACIONAL NO TEMA

- A autoridade nacional poderá solicitar, a qualquer momento, aos órgãos e às entidades do Poder Público a realização de operações de tratamento de dados pessoais, informações específicas sobre o âmbito e a natureza dos dados e outros detalhes do tratamento realizado e poderá emitir parecer técnico complementar para garantir o cumprimento da LGPD
- Também poderá estabelecer normas complementares para as atividades de comunicação e de uso compartilhado de dados pessoais

O cidadão confia seus dados à Defensoria.
Não deixe informações nas mãos de terceiros.



DEFENSORIA
PÚBLICA
MINEIRA